ISSN: 2358-8829

ENTRE O CAMPO E A CIDADE: DESAFIOS PEDAGÓGICOS EM ESCOLA URBANA EM TEMPO INTEGRAL[1]

Cláudia Dias [2]
Maria Janete Pereira Costa Rodrigues [3]
Edna Souza Moreira [4]

INTRODUÇÃO

A ampliação da jornada escolar integra as políticas educacionais brasileiras voltadas à garantia do direito à educação, mas a permanência prolongada na instituição não representa, isoladamente, a efetivação da formação integral. Para uma escola urbana que atende estudantes oriundos do campo, esse processo apresenta uma questão adicional: reconhecer as relações históricas, culturais e territoriais dos educandos no âmbito de uma organização curricular concebida para públicos socialmente diversos. A política educacional torna-se concreta em instituições atravessadas por determinações sociais, decisões curriculares e condições materiais de escolarização.

A Educação do Campo constitui uma construção histórica vinculada às lutas dos sujeitos do campo e à defesa de uma educação relacionada a seus modos de vida, trabalho e organização social (Caldart, 2009). A presença desses estudantes em uma escola da sede municipal não elimina as particularidades de suas trajetórias nem as relações que mantêm com suas comunidades de origem. Nesse contexto, a organização da gestão e do currículo precisa ser compreendida em suas articulações com as políticas educacionais, os sujeitos atendidos e as condições institucionais de escolarização.

O estudo tem como objetivo analisar como se configuram os processos de organização da gestão e do currículo em uma escola urbana em tempo integral localizada em Urandi, Bahia, frente à presença de estudantes oriundos do campo. Neste trabalho, apresenta-se um recorte documental concluído de uma pesquisa de mestrado mais ampla, que também prevê a realização

1Trabalho decorrente de pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/UNEB).

[2]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: claudiadiaspdi@gmail.com.
[3]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marajanecr@gmail.com.
[4]Professora orientadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: esmoreira@uneb.br.

ISSN: 2358-8829

de entrevistas semiestruturadas. O exame concentra-se no Currículo de Urandi, no Documento Complementar ao Referencial Curricular Municipal, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEAC e no Plano de Gestão Escolar.

Fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, a análise considera as categorias totalidade, contradição e mediação para compreender as relações entre políticas educacionais, orientações institucionais e particularidades territoriais. Essas categorias permitem interpretar os documentos como expressões historicamente situadas da organização escolar, sem confundir suas disposições formais com práticas efetivamente realizadas.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, com caráter descritivo-interpretativo, constituindo um recorte delimitado de um estudo de caso único em andamento no Centro de Educação, Arte e Cultura (CEAC), localizado no município de Urandi, Bahia. O Materialismo Histórico-Dialético constituiu o fundamento epistemológico da investigação, orientando a compreensão das relações entre as políticas educacionais, a organização escolar e as territorialidades dos estudantes oriundos do campo.

O corpus documental central compreendeu o Currículo de Urandi (2019), o Documento Complementar ao Referencial Curricular Municipal, em versão consultada com atualizações posteriores à elaboração inicial de 2023, o Projeto Político-Pedagógico do CEAC (2025) e o Plano de Gestão Escolar 2024–2026, elaborado em 2023. O Regimento Escolar Unificado (2011) e o calendário escolar de 2026 foram considerados como fontes auxiliares de contextualização institucional e normativa.

A análise foi realizada por meio de uma matriz documental que reuniu a identificação das fontes, a localização das passagens selecionadas, as evidências registradas, as dimensões investigativas e os limites das interpretações possíveis. Inicialmente, foram identificadas as orientações relativas à contextualização territorial, à organização da Parte Diversificada e à participação institucional. Posteriormente, realizou-se o cotejamento entre documentos municipais e escolares, buscando reconhecer convergências, particularizações e tensões presentes nas formulações institucionais.

A investigação mais ampla recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, conforme Parecer nº 8.488.972, CAAE nº 97452126.4.0000.0057, e emenda aprovada pelo Parecer nº 8.806.671, de acordo com os registros da pesquisa. O recorte apresentado neste trabalho não utilizou depoimentos,

ISSN: 2358-8829

observações sistemáticas ou dados individuais dos participantes. A etapa documental foi concluída para esta produção, enquanto a pesquisa de mestrado permanece em desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Integral em Tempo Integral envolve relações que ultrapassam a ampliação da permanência dos estudantes na instituição escolar. Embora a extensão da jornada represente uma alteração quantitativa do tempo educativo, a formação humana integral exige a articulação intencional entre conhecimentos, experiências, relações pedagógicas e condições concretas de escolarização.

Caldart (2009) situa a Educação do Campo como uma construção histórica vinculada às lutas sociais e aos projetos de sociedade produzidos pelos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, o campo não se reduz à localização da residência ou à presença de conteúdos regionais no currículo. Trata-se de um espaço de relações sociais, de produção da vida, de trabalho, de cultura e de organização coletiva.

No âmbito do Materialismo Histórico-Dialético, Kosik (1976) contribui para compreender que a realidade não se revela integralmente por suas manifestações imediatas. A apreensão do concreto exige reconstruir relações, determinações e mediações que constituem os fenômenos sociais. Por essa razão, os documentos escolares não podem ser tratados como representações completas e transparentes da realidade institucional.

Martins e Lavoura (2018) ressaltam a importância do Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da investigação em educação, orientando a compreensão dos processos educacionais em suas determinações históricas. Essa perspectiva não se confunde com uma técnica de coleta ou de classificação dos dados, pois envolve uma concepção de realidade e de produção do conhecimento.

Na discussão sobre gestão democrática, Edjaldo Vieira dos Santos e Arlete Ramos dos Santos (2024), em pesquisa realizada no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, analisam a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em escolas do campo e em instituições urbanas que recebem estudantes oriundos do campo. Fundamentados no Materialismo Histórico-Dialético, destacam a participação coletiva, a autonomia e a identidade escolar. Essas contribuições aproximam-se da problemática investigada no CEAC, ao oferecerem fundamentos para compreender a relação entre gestão democrática, participação dos sujeitos do campo e organização político-pedagógica da escola.

ISSN: 2358-8829

No campo da Educação Integral em Tempo Integral, Moreira, Santos e Santos (2026), ao investigarem currículo e formação de professores na rede municipal de Bom Jesus da Lapa, Bahia, discutem desafios relacionados à concretização das propostas pedagógicas e à organização curricular no contexto da jornada ampliada. Suas contribuições possibilitam problematizar a relação entre diversificação de componentes, organização dos tempos escolares e construção de experiências formativas integradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualização territorial e organização curricular

A análise do Currículo de Urandi (2019, apresentação, p. 11) identificou orientações para que a proposta curricular municipal considere as diversidades e singularidades do território, subsidiando a elaboração e a reescrita dos projetos político-pedagógicos das unidades escolares. Na discussão sobre territorialidade (p. 16), o documento atribui às instituições a tarefa de contextualizar as pluralidades e particularidades locais.

No Projeto Político-Pedagógico do CEAC (2025, p. 8–9), identificou-se a previsão de abordagem transversal de aspectos da história, da cultura, da economia e da vegetação de Urandi nos componentes curriculares, eixos temáticos e Estações do Saber. O cotejamento entre os documentos permite reconhecer uma continuidade de propósitos no plano das orientações institucionais.

Entretanto, a correspondência entre essas orientações não significa identidade entre contextualização municipal e reconhecimento das territorialidades dos estudantes do campo. O município reúne diferentes comunidades, relações de trabalho e experiências sociais, que não podem ser reduzidas a referências gerais sobre história, cultura e características ambientais locais.

A análise não demonstra que o CEAC desconsidere essas particularidades. O que se identifica é que as passagens documentais examinadas apresentam orientações gerais de contextualização, sem explicitar como os estudantes oriundos de diferentes comunidades do campo participam da definição ou da seleção dos conhecimentos relacionados às suas experiências.

O movimento entre Currículo de Urandi e PPP evidencia, portanto, uma mediação concreta no plano documental: a passagem de uma formulação municipal sobre singularidades para uma proposta escolar de transversalização de conteúdos. Sob a perspectiva da totalidade,

essa relação precisa ser compreendida em associação à oferta urbana de Educação Integral em Tempo Integral destinada a estudantes do campo.

A tensão analítica identificada situa-se entre a amplitude das referências ao território municipal e a necessidade de considerar suas diferenciações internas. Não se trata de afirmar a existência de uma contradição já demonstrada nas práticas pedagógicas, mas de delimitar uma questão produzida pelo próprio cotejamento documental: em que medida a contextualização prevista permite reconhecer as particularidades territoriais dos sujeitos atendidos?

Parte Diversificada e formação integral

A análise do Projeto Político-Pedagógico do CEAC (2025) identificou a previsão de organização de componentes curriculares diversificados, contemplando os eixos Educação Ambiental, Educação Empreendedora, Ciência e Tecnologia e Projeto de Vida. O documento também registra as Estações do Saber de Orientação de Estudos, Experiências Matemáticas, Expressões Artísticas e Culturais, Atividades Esportivas e Literatura e Produção Textual.

O Documento Complementar ao Referencial Curricular Municipal, na versão consultada (p. 43), prevê a organização articulada da Base Comum e da Parte Diversificada no turno único, preferencialmente de maneira alternada e sem hierarquização entre ambas. Na seção referente ao Ensino Fundamental (p. 45), estabelece orientações para os eixos temáticos e para a organização da jornada em oito tempos pedagógicos.

O cotejamento desse documento com o PPP do CEAC permite identificar uma mediação organizativa entre a política curricular municipal e a proposta institucional. Enquanto o Documento Complementar estabelece disposições sobre a distribuição dos tempos e a articulação das partes do currículo, o PPP especifica eixos e Estações do Saber que integram a organização prevista para a escola.

Entretanto, a articulação prevista nos documentos não comprova a integração pedagógica efetiva entre os componentes. A existência de tempos escolares distribuídos e de diferentes eixos formativos não demonstra, isoladamente, como os conhecimentos são selecionados, relacionados ou apropriados pelos estudantes.

A contribuição de Moreira, Santos e Santos (2026) permite aprofundar essa interpretação ao problematizar a organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação da jornada e a diversificação dos componentes criam possibilidades de formação, mas sua concretização depende de relações pedagógicas e institucionais que não podem ser deduzidas exclusivamente das matrizes curriculares.

No CEAC, os eixos Educação Ambiental e Projeto de Vida, por exemplo, oferecem possibilidades de abordar questões relacionadas à natureza, ao trabalho, ao pertencimento territorial e às trajetórias juvenis. Essas possibilidades poderiam favorecer a consideração de experiências dos estudantes do campo, desde que articuladas às finalidades formativas e aos conhecimentos escolares.

Sob a perspectiva histórico-dialética, a ampliação quantitativa da jornada não representa, automaticamente, uma transformação qualitativa das experiências educativas. Essa transformação requer examinar as relações entre tempo, conhecimento, organização institucional e condições de escolarização.

A categoria mediação permite identificar como a política municipal se expressa na organização formal do CEAC. A totalidade exige considerar que essa organização integra processos educacionais e sociais mais amplos. Quanto à contradição, não seria metodologicamente adequado presumir uma oposição entre currículo previsto e currículo realizado sem evidências sobre o desenvolvimento efetivo das práticas.

Gestão escolar, PPP e participação das famílias do campo

O Plano de Gestão Escolar 2024–2026, elaborado por Ivanete Oliveira Souza Morais em 2023, registra compromissos relacionados à gestão democrática, ao trabalho coletivo e à participação das famílias. O documento foi produzido quando a instituição ainda utilizava a denominação Colégio Municipal Luís Eduardo Magalhães, anterior à identificação como Centro de Educação, Arte e Cultura registrada no PPP de 2025.

No eixo denominado “Gestão participativa/democrática”, identificou-se uma informação particularmente significativa: o diagnóstico elaborado pela própria gestão registra que os conselhos escolares ainda não atuavam de maneira satisfatória. O documento também propõe ações relacionadas à atualização do PPP e ao fortalecimento das relações com as famílias.

Entretanto, seu significado deve ser delimitado temporalmente. O diagnóstico corresponde ao contexto de elaboração do Plano, em 2023, não sendo possível afirmar, com base exclusivamente nesse documento, que a situação permaneça inalterada nos anos seguintes.

Sob a categoria contradição, o exame permite problematizar a relação entre a defesa da gestão democrática e a insuficiência dos conselhos registrada no documento. A mediação encontra expressão nas ações propostas para fortalecer os mecanismos participativos e o

ISSN: 2358-8829

processo de elaboração do PPP. A totalidade exige situar essas disposições nas relações entre instituição escolar, política educacional e comunidade atendida.

O Projeto Político-Pedagógico do CEAC (2025, seção 3.9, p. 48) apresenta reuniões com responsáveis, participação em atividades escolares e acompanhamento da vida acadêmica como dimensões da relação entre escola e comunidade. Essas disposições demonstram convergência com os compromissos participativos formulados no Plano de Gestão.

Todavia, essa convergência não permite concluir que todas as famílias tenham condições equivalentes de participação ou que os sujeitos provenientes das comunidades do campo intervenham efetivamente nas decisões sobre gestão e currículo.

Questões relacionadas ao deslocamento entre as comunidades e a sede municipal, aos tempos de trabalho familiar e às possibilidades de participação nas atividades escolares podem constituir dimensões relevantes para o aprofundamento da pesquisa. Entretanto, essas condições não devem ser apresentadas como obstáculos empiricamente demonstrados sem a produção de evidências adicionais.

Santos e Santos (2024) contribuem para essa interpretação ao compreenderem o projeto político-pedagógico como instrumento de construção coletiva, participação e afirmação da identidade escolar. Essa perspectiva permite reconhecer que a gestão democrática não se esgota na existência formal de reuniões ou mecanismos institucionais.

O resultado alcançado consiste na identificação de uma tensão historicamente situada, registrada no Plano de Gestão, e de orientações posteriores de aproximação entre escola e comunidade presentes no PPP. A compreensão de como esses instrumentos se concretizam e alcançam as famílias do campo requer outras fontes de investigação.

Síntese das evidências documentais e de suas relações

O primeiro movimento corresponde à relação entre as orientações municipais de contextualização e sua expressão no Projeto Político-Pedagógico. O Currículo de Urandi (2019, p. 11 e 16) reconhece a necessidade de considerar singularidades territoriais, enquanto o PPP do CEAC (2025, p. 8–9) prevê abordagem transversal de aspectos históricos, culturais, econômicos e ambientais do município.

O segundo movimento refere-se à organização da Educação Integral em Tempo Integral. O Documento Complementar ao Referencial Curricular Municipal (p. 43 e 45) estabelece orientações sobre a articulação entre Base Comum e Parte Diversificada e a distribuição dos

ISSN: 2358-8829

tempos pedagógicos. O PPP do CEAC especifica eixos temáticos e Estações do Saber, compondo a organização formal de experiências educativas diversificadas.

O terceiro movimento envolve a relação entre os princípios de gestão democrática, os diagnósticos institucionais e as disposições participativas. O Plano de Gestão elaborado em 2023 registra compromissos com a participação e reconhece fragilidades na atuação dos conselhos escolares. O PPP de 2025 apresenta formas de aproximação com a comunidade, especialmente por meio de reuniões, atividades escolares e acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.

A contribuição do recorte documental consiste, assim, em demonstrar como os instrumentos institucionais articulam orientações de contextualização territorial, diversificação curricular e participação da comunidade, evidenciando suas possibilidades formais e os limites do conhecimento produzido exclusivamente por documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação identificou que o Currículo de Urandi estabelece orientações para a contextualização das singularidades municipais e que o PPP do CEAC prevê a abordagem transversal de aspectos históricos, culturais, econômicos e ambientais do município. A articulação dessas disposições evidencia uma mediação documental entre a política curricular municipal e a proposta institucional.

Na dimensão da gestão, o Plano de Gestão Escolar revelou compromissos com a participação democrática e um diagnóstico de fragilidades na atuação dos conselhos escolares no momento de sua elaboração. O PPP, por sua vez, apresenta formas de aproximação entre escola e comunidade. A leitura articulada dessas fontes permite identificar compromissos institucionais e tensões documentadas, sem presumir a permanência das condições diagnosticadas ou o funcionamento atual dos mecanismos participativos.

A interpretação fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético possibilitou compreender os documentos como expressões historicamente situadas de relações educacionais mais amplas. A totalidade orientou a articulação entre política curricular, organização escolar e territorialidades. A mediação permitiu examinar as relações entre diretrizes municipais e instrumentos institucionais. A contradição contribuiu para analisar tensões sustentadas pelas evidências, preservando a distinção entre registros documentais e práticas ainda não investigadas.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA. **Projeto político-pedagógico**. Urandi, BA: CEAC, 2025. Documento institucional.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428.

MORAIS, Ivanete Oliveira Souza. **Plano de gestão escolar 2024–2026: Colégio Municipal Luís Eduardo Magalhães**. Urandi, BA: [s. n.], 2023. Documento institucional da unidade atualmente denominada Centro de Educação, Arte e Cultura.

MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete Ramos dos; SANTOS, Vandilza de Oliveira. A educação em tempo integral na rede municipal de educação de Bom Jesus da Lapa/BA: o currículo e a formação de professores. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 6, n. 11, 2026. Disponível em: https://revistas.uneb.br/abatira/article/view/27449. Acesso em: 22 out. 2026.

SANTOS, Edjaldo Vieira dos; SANTOS, Arlete Ramos dos. A construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo localizadas nos municípios do território de identidade litoral sul da Bahia: contribuições teórico-práticas. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 51, p. 127-148, 2024. DOI: https://doi.org/10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2024.Vol19.N51.pp127-148.

URANDI (BA). Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Currículo de Urandi para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Urandi, BA: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2019.

URANDI (BA). Secretaria Municipal de Educação. **Documento complementar ao referencial curricular do município de Urandi-BA: Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e outras políticas**. Urandi, BA: Secretaria Municipal de Educação, [s. d.]. Documento institucional, versão consultada com atualizações posteriores a 2023.